

“PRIVILÉGIOS” NA ENCRUZILHADA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: A REVISTA GÊNERO E A QUALIFICAÇÃO DO DEBATE SOBRE DESIGUALDADES NO TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO

“PRIVILEGES” AT THE CROSSROADS OF GENDER, RACE, AND CLASS: THE GENDER MAGAZINE AND THE QUALIFICATION OF THE DEBATE ON INEQUALITIES IN PAID AND UNPAID WORK

Luana Passos¹

Resumo: Este artigo investiga os determinantes da participação no trabalho produtivo e reprodutivo a partir das perspectivas de gênero e da interseccionalidade entre gênero, raça/cor e classe, dialogando com a produção acadêmica da Revista Gênero sobre o tema. Metodologicamente, utiliza modelos de probabilidade aplicados aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, com foco na participação no mercado de trabalho e nos cuidados e afazeres domésticos. Os resultados indicam que fatores produtivos, como escolaridade e experiência, influenciam de forma semelhante homens e mulheres, enquanto a presença de crianças, idosos e a realização de afazeres domésticos reforçam assimetrias associadas às normas sociais de gênero. Entre os achados, destaca-se o efeito positivo do cuidado de crianças e idosos sobre a participação laboral, em sentido distinto ao esperado pela literatura. No trabalho reprodutivo, observam-se padrões semelhantes entre homens e mulheres, embora os impactos da presença de crianças e idosos sejam mais intensos para elas. Sob a ótica interseccional, os achados evidenciam que as normas de gênero afetam todas as mulheres, mas seus efeitos variam conforme os marcadores de raça/cor e classe social, ainda que alguns determinantes não tenham apresentado maior peso para mulheres negras e pobres.

Palavra-chaves: Gênero; Raça; Classe Social; Interseccionalidade; Trabalho Reprodutivo; Trabalho Produtivo.

Abstract: This paper investigates the determinants of participation in productive and reproductive work from the perspectives of gender and the intersectionality between gender, race/color, and class, engaging with the academic literature published in Revista Gênero on the subject. Methodologically, it employs probability models applied to data from the 2022 Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), focusing on participation in the labor market and in unpaid care and domestic work. The results indicate that productive factors, such as education and experience, similarly influence men's and women's economic participation, while the presence of children, older adults, and domestic tasks reinforces asymmetries associated with gender social norms. Among the findings, the positive effect of caring for children and older adults on labor market participation stands out, contrary to what is generally expected in the literature. In reproductive work, similar patterns are observed for men and women, although the impacts of the presence of children and older adults are more pronounced for women. From an intersectional perspective, the findings show that gender norms affect all women, but their effects vary according to race/color and social class markers, even though some determinants did not present a greater impact on Black and poor women.

Keywords: Gender; Race; Social Class; Intersectionality; Reproductive labor; Productive labor.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹Doutora em Economia - Universidade Federal Fluminense. Professora - Universidade Federal da Bahia. E-mail: luanapassos@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5470-7349>.

Introdução

Após longo período em que trabalho foi sinônimo de emprego, os tempos modernos experimentam uma releitura sobre o conceito de trabalho, admitindo, mesmo que de modo não consensual, o cuidado e as tarefas domésticas como forma de trabalho. Por essa ótica, defendida sobretudo pelas feministas, a compreensão sobre desigualdades no mundo do trabalho passa, necessariamente, pelo olhar concomitante do trabalho remunerado e não remunerado (atividades domésticas e de cuidado).

A literatura tem avançado na produção de evidências sobre padrões diferenciados de participação no trabalho produtivo e reprodutivo que comprometem de forma específica as mulheres. No campo produtivo, os registros são inúmeros da menor atuação econômica e de pior qualidade de trabalho por parte das mulheres, a despeito de todos os avanços experimentados. Por sua vez, no aspecto reprodutivo, a sensação é que tudo é muito similar ao século passado, com as mulheres sendo as responsáveis primárias e exercendo o dobro do tempo dos homens no cuidado e com ainda pouca, às vezes nenhuma, contribuição do Estado e do mercado/comunidade.

A produção sobre o tema mostra que a herança socioeconômica e os padrões culturais e valorativos, estereotipam determinados grupos sociais relegando aos mesmos posições marginalizadas na sociedade em conformidade com os marcadores da desigualdade e a miríade de preconceitos e assimetrias de oportunidades operados por esses marcadores. Contudo, as pesquisas, em linhas gerais, se centram nas desigualdades de gênero ou de raça, ou de classe de modo descasado, o que limita a compreensão das vulnerabilidades interseccionais.

O feminismo negro tem um proeminente papel na denúncia sobre o “privilégio” vivenciado por alguns grupos de mulheres, colocando em xeque a ideia de sujeito universal mulheres que orientava a atuação do feminismo clássico. Em que pese o fato de que todas as mulheres, em alguma medida, sofrerem o peso da discriminação de gênero, outros fatores identitários pintam cotidianos distintos de discriminação e opressão. Assim, o feminismo negro dá voz as experiências das mulheres negras e pobres, desnudando a base da estratificação social que esse grupo historicamente tem ocupado.

A Revista Gênero tem sido importante periódico a que os pesquisadores recorrem como meio para publicação e para se ter acesso a pesquisas de qualidade no campo de gênero, tendo relevo na produção da revista a temática “trabalho”.

Tendo em mente esse cenário, esse artigo se propõe a averiguar empiricamente os determinantes da participação no trabalho remunerado e não remunerado sob o escrutínio de gênero e a interseccionalidade de gênero com raça/cor e com classe, à luz da produção na Revista Gênero sobre o tema.

O texto encontra-se dividido em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção se apresenta a evolução do debate sobre desigualdade de gênero, raça/cor e classe. Na segunda seção se tem uma revisão dos estudos publicados na Revista Gênero sobre o tema do trabalho. Na terceira seção apresenta-se a base de dados e a metodologia utilizada. É na quarta seção que se apresenta e se discute os resultados.

1 Parcial privilégio e profunda desvantagem no mundo do trabalho: entrecruzamento de opressões na experiência de ser mulher

O termo trabalho foi historicamente entendido como sinônimo de emprego, sendo considerado trabalhador apenas as pessoas que desempenhava uma atividade remunerada. Por essa lupa, as atividades desempenhadas dentro de casa de forma gratuita não era trabalho, por consequência as pessoas que o exercia, notadamente mulheres, não eram tidas como trabalhadoras, sendo inclusive cunhado o termo dona de casa para essas mulheres que não exerciam trabalho.

Com essa acepção, foi negligenciado por parte do Estado e da sociedade de forma geral as discussões relacionadas a importância das tarefas domésticas e da função de cuidar para a reprodução social. O cuidado, ao longo da história, foi visto como um serviço doméstico e pessoal não remunerado, enraizado em laços de casamento, parentesco e nos vínculos de solidariedade familiar, sendo esse arranjo considerado normal e adequado nas sociedades (Daly; Lewis, 2000). Moldados pelos princípios culturais e pelos modelos de cada grupo social, o cuidado estava ligado a papéis e tarefas específicas do feminino (Pfau-Effinger, 2005).

As inquietações em relação a essa concepção de que cuidar da família e da casa gratuitamente é uma obrigação moral e forma de expressão de amor por parte das mulheres conduziu, conforme Scott (1990), as feministas a reivindicarem um novo campo de definição: gênero. O termo gênero como campo de análise foi utilizado pelas feministas para denunciar as desigualdades provenientes das relações sociais estabelecidas nas diferenças existentes entre os sexos, mediadas por relações de poder. Gênero se propunha a romper com o paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos,

sobretudo com a naturalização do cuidado como atributo feminino e a não categorização do cuidar como uma forma de trabalho.

Na medida do avanço do debate e da produção feminista e das teóricas do gênero sobre o tema dos cuidados foi ganhando fôlego sua consideração como trabalho, e terminologias passaram a ser apropriadas para o definir dessa forma, como trabalho reprodutivo, trabalho não remunerado ou trabalho não pago. Ainda não se pode dizer que se tenha uma aceitação generalizada da função de cuidar não remunerada como trabalho, vide que sequer é computado nas contas nacionais de boa parte dos países, mas é fato que o tema entrou na agenda pública com avanços notórios em termos até mesmo de políticas públicas.

A vasta produção teórica e empírica em torno do debate do cuidado e do conceito de divisão sexual do trabalho lançou luz sobre a problemática que se assenta em uma forma de organização social em que se atribui prioritariamente às mulheres a responsabilidade com as atividades reprodutivas. O modelo tradicional de divisão sexual do trabalho – homem provedor e mulher cuidadora – e suas derivações, pavimentaram uma história de desigualdades e vulnerabilidades na vida das mulheres.

Pensando apenas o mundo do trabalho, foco deste texto, esses papéis estereotipados, conforme o sexo, ergueram barreiras ora concretas ora veladas para uma maior e melhor participação, forma de inserção e remuneração das mulheres no mercado de trabalho. As evidências são vastas de que historicamente e ainda hoje as mulheres têm menor participação na força de trabalho, maior presença na informalidade, menor alcance de aposentaria, menor rendimento laboral e são discriminadas (Abramo, 2006; Teixeira, 2008; Lima; Rios; França, 2011; Bandeira; Melo, 2013; Guedes; Araújo, 2011; Passos, 2015; Thomé; Melo, 2018; Biroli, 2018). Também se tem larga produção sobre as assimetrias de gênero na participação e no tempo de cuidar, embora de modo menos acentuado que as evidências sobre o trabalho remunerado, desnudando a sobrecarga de trabalho e pobreza de tempo na vida das mulheres (Passos, 2015; Guedes, 2015; Pinheiro, 2016; Thomé; Melo, 2018; Biroli, 2018; Barbosa, 2018; Jesus; Wajnman; Turra, 2020).

Mas não é sobre as diferenças de gênero que esse texto tem centralidade. O que se pretende argumentar é que, em que pese o fato de um tipo de exploração ser exercido sobre as mulheres ao serem elas as responsáveis primárias pelas atividades de cuidado, as condições materiais e sociais as quais se desenvolvem essas tarefas e seus efeitos comportam gradações conforme outros marcadores sociais. E, nessas gradações são concebidas experiências femininas distintas no mundo do trabalho.

Tem protagonismo no debate sobre heterogeneidade das mulheres as feministas negras que questionaram o feminismo vigente por desconsiderar outras relações igualmente relevantes para compreender a vulnerabilidade das mulheres como o racismo e a orientação sexual. Conforme Mariano (2005), muitas feministas negras, latino-americanas, do terceiro mundo, das ex-colônias e lésbicas não se viam representadas no feminismo, considerado por elas como um espaço dominado por mulheres brancas e heterossexuais. Com o feminismo negro ganha fôlego o questionamento sobre a hierarquização das distintas formas de opressão, bem como sua análise de forma descasada. Esse movimento abala a premissa de homogeneidade entre as mulheres ao questionar a noção de identidade comum a qual orientava as ações políticas de forma neutra (Pinheiro, 2016).

A heterogeneidade das mulheres pode ser sentida por distintas óticas presentes na matriz de dominação. O canal da opressão pode comparecer pela racialidade, pela condição econômica, pela orientação sexual, pela origem, pela deficiência, por outros marcadores sociais, ou pelo entrecruzamento de todas as linhas e colunas da matriz. Como bem ilustra Crenshaw (1989) no seu conceito de interseccionalidade, como vias de trânsito os marcadores da desigualdade se cruzam produzindo experiências de vida distintas e complexas.

Por uma questão de escopo, se comentará neste texto apenas dois pilares da matriz de dominação que será o foco da abordagem empírica: o racial e o de classe social.

Comumente a racialidade é considerada a partir do olhar para o povo negro e suas desvantagens perenes. Sem perder de vista a contribuição e relevância dessa perspectiva, vale conceder relevo também ao grupo sobre o qual recaem privilégios dadas as desvantagens dos negros, a população branca.

Foi, historicamente, criada uma imagem social extremamente negativa sobre o negro, conforme Bento (2002), que fragiliza a identidade racial, abala a autoestima, culpa-o pela discriminação que enfrenta e, por fim, valida as desigualdades raciais. Na descrição desse processo, para a autora, o branco pouco aparece, exceto como imaginário de um modelo universal de humanidade, alvo a ser cobiçado pelos outros grupos raciais não-brancos. Nesse ínterim, há um pacto tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte inegavelmente essencial na permanência das desigualdades raciais (Bento, 2002), não escapando as mulheres brancas desse pacto da branquitude. Assim, não focalizar o debate nos brancos e na branquitude

como parte das relações raciais é se furtar de perceber as distintas facetas do privilégio que recaem sobre esse grupo (Bento, 2002; Schuman, 2012).

Característica fulcral da branquitude é a posição de privilégio simbólico e material. Ser branco é vivenciar acesso diferenciado a recursos simbólicos e materiais, inicialmente advindos do colonialismo e imperialismo e perpetuados na modernidade (Schuman, 2012). No campo simbólico, o privilégio comparece na consideração do padrão de beleza, de inteligência, de competência, na autoestima, nos lugares sociais e profissões tidos como próprias de brancos, na religião tida como de Deus, entre outros. No aspecto material, é notório o caminho mais facilitado para emprego, renda, crédito, educação, habitação, posição de poder etc. Esses privilégios, conforme Schuman (2012), estão sendo vivenciados e reproduzidos no cotidiano, seja de modo consciente ou inconsciente, por meio de mecanismos que perpetuam desigualdades raciais. Há de se ponderar, por um lado, que uma parcela de brancos obtém privilégios de sua identidade racial não por exercer racismo de forma consciente nem por concordar com ele, mas por estar inserida em uma sociedade com estrutura racista (Schuman, 2012). Por outro lado, muitos brancos naturalizam a brancura, não reconhecendo seus privilégios e a história de exploração, morte e opressão que lhes deram origem.

Pensando a interface com a questão de gênero, uma mulher branca não problematizar o fato de ser majoritariamente uma mulher negra a ocupar o lugar da empregada doméstica é sintoma da naturalização da branquitude. Olhar para o mundo do trabalho e a questão de gênero sem ponderar os privilégios da branquitude é ter uma visão míope do problema. As assimetrias originadas pela hegemonia perene masculina não podem ser resolvidas sem a superação de ideologias complementares ao sistema de opressão de gênero, como o racismo (Carneiro, 2001; Crenshaw, 1989).

Mas as diferenciações na experiência feminina não se consolidam apenas devido a branquitude, pois a questão de classe também imprime privilégios na vida das mulheres, sobretudo materiais.

As desigualdades de classe possibilitam para mulheres mais bem posicionadas financeiramente a mediação da tensão na alocação de tempo entre trabalho produtivo e reprodutivo por meio da compra no mercado dos serviços de cuidados e de tarefas domésticas (Melo; Di Sabbato, 2011a; Guedes, 2015; Passos, 2015). Portanto, a classe posiciona as mulheres de modo distinto no mundo do trabalho e cria clivagens objetivas entre as famílias que podem e as que não podem terceirizar os cuidados (Biroli, 2016; Hooks, 1984). As mulheres que não podem delegar tarefas reprodutivas para outras mulheres têm como opção se excluir do mercado de trabalho, ou procurar empregos flexíveis, trabalhos temporários e/ou em tempo parcial.

Todas essas opções são danosas profissionalmente, porque limitam a forma de inserção no mercado de trabalho, bem como a permanência da mulher em empregos bons e bem remunerados.

Com isso se tem o fenômeno da bipolarização do emprego feminino. Viana (2020), em uma vasta revisão sobre o tema, mostra que nos trabalhos de Helena Hirata e Danièle Kergoat se tem os primórdios do uso da expressão “bipolarização do emprego feminino”, embora apareça essa ideia também nos trabalhos de outras autoras como Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi. Em síntese, bipolarização do emprego feminino é um termo que revela a segregação na atuação laboral das mulheres em dois polos: o primeiro, composto por mulheres que galgaram postos de trabalho de maior prestígio, formalização e remuneração tais como as profissionais engenheiras, arquitetas, médicas, advogadas e magistradas; o segundo, estariam presentes as mulheres que ocupam funções desvalorizadas, informais, com menor remuneração como as empregadas domésticas, cuidadoras, auxiliares de enfermagem, professoras de maternal e ensino fundamental (Hirata, 2015). Em um polo, portanto, estão situadas as mulheres abastadas financeiramente, no outro, as pauperizadas.

O panorama em tela desperta indagações sobre os fatores que influenciam a participação no trabalho pago e não pago e as diferenciações de gênero e interseccionalidade de gênero, raça/cor e classe. Em que pese a vasta literatura que se debruçou sobre determinantes no mercado de trabalho brasileiro, essa pesquisa retoma a investigação concedendo relevo a heterogeneidade das mulheres e buscando, em certa medida, incorporar nos modelos realizados e na análise de seus resultados a perspectiva feminista pouco presente nas modelagens.

2 Revista Gênero e o mundo do trabalho: uma revisão das publicações

Acompanhando o movimento de ampliação e adensamento dos debates sobre trabalho, uma vasta produção na Revista Gênero foi identificada sobre a temática entre 2000 e 2025. Em torno de 60 artigos publicados, no período em tela, se detiveram de modo direto ou indireto sobre aspectos concernentes ao mundo do trabalho, entendido aqui como trabalho produtivo e reprodutivo. Em quase todas as edições da revista se encontrou alguma publicação sobre o tema, o que reforça a importância do campo nos estudos de gênero.

Em sua grande maioria, as pesquisas seguiram a abordagem empírica por meio da análise descritiva de dados e uso do banco de dados da Pesquisa

Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD. Compareceu também nas publicações pesquisas qualitativas, desenvolvidas por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e estratégia bola de neve.

Para situar o leitor na produção da Revista Gênero, ao longo dos vinte anos, no tema do trabalho, serão citados alguns estudos. Essas pesquisas citadas foram selecionadas mediante a sintonia que apresentavam com o debate teórico e empírico do presente artigo, o que não é, de modo nenhum, indicativo de demérito para as publicações que não foram referenciadas.

○ debate se inicia com o questionamento da dicotomia privado/ público, tempo linear e progressista, e o binômio dominação/subordinação (Sohiet, 2000) e a necessidade de se pensar o gênero como categoria política que implica a revisão de vários dos limites teóricos definidos para restringir o terreno da política no espaço público (Urrutia, 2001).

A partir da apropriação do gênero como categoria de análise, os estudos avançam na análise conjunta do espaço público e privado e dos usos do tempo. Aguiar (2001), que é pioneira no Brasil na investigação empírica da alocação de tempo com recorte de gênero, mostra, a partir da análise de uma plantação canavieira, uma divisão de trabalho por gênero pouco equitativa e patriarcal, com as mulheres sendo as principais agentes socializadoras das tarefas de casa. No texto, a autora já se refere às atividades domésticas como trabalho não remunerado, em conformidade com a defesa da perspectiva feminista de que cuidar é trabalho.

Para compreender como se reproduzem as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, Melo (2003) a partir da análise da atuação de uma mulher no mercado financeiro na década de 1930 no Brasil, mostra como esse setor é hostil à atuação feminina, o que fez Eufrásia Teixeira ser sutil em sua atuação.

○ debate sobre a diferença entre as mulheres aparece de modo mais específico na produção da revista com a pesquisa de Pantoja (2004) sobre mulheres negras. A autora mostra em seu estudo que muitas mulheres, com pouca escolaridade, revelaram terem deixado suas cidades de origem e família para trabalharem como domésticas na cidade grande. A condição racial e de classe tem sido bastante relatado na literatura como marcadores de desigualdade que diferenciam as mulheres, colocando as negras pobres em posições mais subalternas, em diálogo com o que mostra Pantoja (2004).

Para a realização dessas análises que ponderam as diferenças entre as mulheres as pesquisas têm se valido dos termos interseccionalidade e/ou consubstancialidade, no entanto, no estudo de Pantoja esses conceitos

não foram mencionados. A atenção a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho aparece também, sem mencionar especificamente interseccionalidade e/ou consubstancialidade, em Melo e Di Sabbato (2011b) e Passos (2015). Analisando um conjunto de indicadores, os autores confirmam a pior posição laboral ocupada por mulheres e negros. Lima, Braga e Tavares (2015) mostram que os espaços decisórios do CNPq estão distantes da paridade de gênero e raça, e que a presença de pessoas negras, sobretudo de mulheres negras vai ficando rarefeita quanto mais se avança na carreira científica. Freitas, Medeiros, Sá (2024) chegam à conclusão similar no que concerne a assimetria de gênero.

Os termos interseccionalidade e transversalidade aparecem como elementos centrais de análise apenas a partir de 2018 no trabalho sobre previdência rural brasileira de Staduto, Souza e Kretor (2018). As autoras concluem que os homens, as pessoas brancas e mais escolarizadas têm maior acesso à previdência rural no Brasil.

Alguns estudos centram sua atenção específica no componente renda e na discriminação no mercado de trabalho, considerando gênero e raça como os trabalhos de Becker, Neto e Krauzer (2018) e Meireles e Silva (2019). Ambos os estudos mostram que, mesmo controlando escolaridade, as mulheres ganham menos que os homens e as pessoas negras menos que as pessoas brancas. Concluem que o mercado de trabalho brasileiro é marcado por discriminação de gênero e raça. Análise da desigualdade salarial a partir da ótica da orientação sexual está presente em Oliveira, Monteiro e Irffi (2019). Os autores com estudo de caso da cidade Fortaleza – Ceará encontram que o grupo homossexual não possui diferenciais salariais estatísticos relevantes quando contrastado com o grupo intitulado como controle - pessoas heterossexuais, a despeito da maior escolaridade. Ataíde (2021) centrou sua atenção no direito social ao trabalho das pessoas trans à luz da teoria de justiça de Rawls. Conclui Ataíde (2021) que é improvável que essa teoria de justiça negue o direito social ao trabalho das pessoas trans, ao considerar a criação de políticas públicas que favoreçam sua inclusão no mercado de trabalho e promovam condições dignas para o exercício profissional.

Considerando as crises econômica e sanitária de Covid-19, Passos, Machado e Lima (2024) investigam a desigualdade de gênero e interseccional no mercado de trabalho brasileiro. As autoras não encontram evidências de que a crise econômica penaliza de modo mais acentuado as mulheres e as mulheres negras. No caso da crise sanitária, se observa piora na desigualdade de gênero e interseccional no aspecto da proteção trabalhista, mas os resultados são divergentes nos indicadores de participação e desocupação.

Do que foi exposto até aqui, nota-se que a produção da revista esteve atenta, como defendido neste texto, à importância de considerar a heterogeneidade das mulheres. Mas, é importante frisar que um volume expressivo de artigos se deteve na desigualdade de gênero.

Boa parte das pesquisas constata diferença na participação no mercado de trabalho por gênero, mas as pesquisas elucidam também a segregação ocupacional, a precariedade laboral e o menor acesso previdenciário. Melo, Lastres e Marques (2004) revelam que, a despeito do avanço da escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho, ainda é marcante a menor presença das mulheres nos setores das engenharias e tecnologia aplicada. E Olinto e Oliveira (2004) chamam atenção para o avanço da presença relativa de mulheres em trabalhos sem carteira assinada, especialmente as que se encontram na posição na família de filhas. Kreter (2005) avaliou a questão de gênero na previdência rural de 1990 a 2000, a partir da consideração das mudanças normativas trazidas pela Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento da aposentadoria por idade. A autora mostra a importância dessas mudanças legais no avanço da proteção previdenciária, com um aumento de aproximadamente 600% no número absoluto de beneficiárias rurais. Os achados reforçam a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho, na escolaridade e na priorização da vida pública frente a uma exclusividade da dedicação a família (Guedes; Araújo, 2011; Guedes, 2015).

Pensando a atuação econômica feminina no cenário internacional, notadamente no órgão das Nações Unidas que tem defendido os direitos femininos no tema do trabalho, Thebaud (2005) conclui que até mesmo na Bureau Internacional do Trabalho as mulheres tiveram acesso lento e restrito a cargos, sendo marcante a presença masculina nos cargos mais estratégicos e de prestígio.

Análise da trajetória da participação econômica feminina e dos diferenciais salariais compõe o trabalho de Leone e Baltar (2006). Os autores mostram que apesar de ainda marcantes as assimetrias de gênero, houve uma redução do *gap* de participação e aumento bastante generalizado dos rendimentos femininos, no período investigado. Vale ressaltar o achado dos autores de que no nível superior, que tem maior presença feminina, se nota maiores desigualdades entre homens e mulheres. Meireles e Silva (2013) analisando período mais recente também constata, com base no índice Theil-T da distribuição dos rendimentos, tendência de queda da desigualdade de renda no Brasil e no Nordeste. Contudo, nas áreas rurais a queda foi menor do que nas áreas urbanas. Oliveira, Simões e Cardoso (2013) encontram esse movimento de redução do diferencial salarial de gênero, considerando as

regiões e os arranjos familiares. No contraponto da melhoria dos indicadores de participação e remuneração, Marques (2006) conclui que ocorreu uma piora na diferença de gênero na taxa de desemprego, a despeito de encontrar um avanço no emprego formal feminino, sobretudo no setor de serviços. Dweck e Di Sabbato (2006) também centram sua atenção no setor de serviços a partir da descoberta da beleza como fator discriminador no mercado de trabalho. A investigação dos autores constata que avançou a presença feminina na atividade de higiene no período analisado, com exceção de técnico de esporte, em que se tem maior presença masculina e da elevação da atuação dos homens nas profissões de cabeleireiro e massagista. Ademais, chamam atenção para a redução da desigualdade salarial de gênero nesse ramo.

O debate de modo mais específico sobre trabalho de cuidar aparece na revista em 2006, em um texto da deputada Choinacki (2006). A autora chama atenção para aprovação do Congresso Nacional da emenda à Constituição Brasileira nº. 47 que reconheceu o trabalho das donas de casa. Conforme a mesma, se faz necessária a regulamentação do direito de aposentadoria das mulheres donas-de-casa, que ao longo da vida cuidam de outrem e ao fim da vida, muitas vezes, estão sem nada. Complementando esse debate se tem a nota técnica de Melo, Soares e Soares (2006). As autoras defendem a necessidade de reconhecer como trabalho os afazeres domésticos, compensando com a aposentadoria as milhares de mulheres que dedicaram suas vidas a cuidar da família. Ao estimar o público que seria beneficiado com a forma que a legislação estava sendo proposta, as autoras chegam a um número de 6,1% das mulheres brasileiras idosas. A pesquisa de Soares (2008) dialoga com as supracitadas, mostrando comportamentos diferenciados de gênero na dedicação aos afazeres domésticos, com clara maior responsabilização e tempo dedicado pelas mulheres, sobretudo nas famílias com baixo rendimento e filhos menores. A autora chama atenção para a carga de trabalho semanal total das mulheres ser significativamente superior à dos homens.

Bandeira e Melo (2013) acrescenta a perspectiva do trabalho doméstico remunerado. As autoras discutem os limites e potencialidades da aprovação da PEC 72/2013 (PEC das domésticas), sobretudo chamando atenção que historicamente a sociedade brasileira fechou os olhos para a exclusão de direitos dessa categoria, com rígidas barreiras ainda operantes para grandes alterações do cenário. Em diálogo com as autoras supracitadas, Viecele, Furno e Horn (2017) mostram que a crise econômica brasileira levou a um aumento do contingente e da participação de trabalhadoras domésticas, bem como contribuiu para alterações nas características sociodemográficas e nas

condições de emprego, o que parece reverter, em parte, os ganhos de anos anteriores nesse segmento. Chamam atenção os autores para o grande peso desta ocupação para a força de trabalho feminina, sobretudo a presença de mulheres negras, e a marcante presença de informalidade, baixa remuneração e limitada garantia trabalhista.

O debate sobre a economia feminista mais detidamente desponta no trabalho de Teixeira (2008). A autora mostra que o termo economia feminista tem seus primórdios no início da década de 1990, e a incorporação do debate na área da economia tem se processado lentamente. Teixeira (2008) chama atenção que análises sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho e no ambiente doméstico se faz presente nos diversos paradigmas neoclássicos, institucionalistas e marxistas, contudo as análises são permeadas por uma concepção preconceituosa e machista.

Qualifica o olhar das assimetrias de gênero no mercado de trabalho a pesquisa de Capellin (2008) ao revelar a menor presença feminina em postos de comando, sobretudo no setor de finanças, seguros e bancos, embora se note certa aceitação positiva de chefia feminina em específicos ramos de atividades (a administração, a educação, a saúde e os organismos internacionais).

O tema do envelhecimento populacional e as mudanças na estrutura familiar e nas características de rendimento aparece de modo específico em Soares (2012). A autora destaca a situação de vulnerabilidade das idosas devido à baixa escolaridade, falta de rendimento laboral e não contribuição à Previdência Social. Nessa mesma linha do envelhecimento, Gonçalves e Teixeira (2013) concluem que houve um aumento de mulheres idosas reinseridas no mercado de trabalho, e, ao longo do período em análise, deixou de existir diferencial salarial de gênero nesse grupo etário.

Uma atenção específica ao trabalho produtivo e reprodutivo de modo casado, como é a proposta deste artigo, aparece em Castilho, Melo e Di Sabbato (2015) e Itaborai (2016). As autoras atestam a pior condição feminina no mercado de trabalho e a responsabilização maior das mulheres pelo trabalho reprodutivo, em que pese, na Zona Franca de Manaus, o trabalho de Castilho, Melo e Di Sabbato (2015) encontrarem uma divisão das tarefas domésticas mais equânime do que no restante do país.

Por fim, é importante trazer ao debate como a questão da valorização da diversidade da força de trabalho tem sido tratado nos setores empresariais. Teixeira e Góis (2015) mostram que a partir da década de 1990 as empresas passaram a se ocupar no Brasil de fazer ações nesse sentido, sendo variados os fatores que explicam a preocupação com diversidade. Para os autores,

a valorização da diversidade da força de trabalho tem sido adotada desde o interesse das empresas por uma autêntica perspectiva solidária até a busca de benefícios econômicos, parecendo ter mais centralidade a questão econômica. A despeito do interesse econômico ser balizador da promoção da diversidade nas empresas, Teixeira (2011) destaca que as iniciativas de sensibilização e conscientização prestam importante contribuição para a desconstrução da cultura que cria barreiras para que grupos com histórico de estigmatização e exclusão possam galgar de modo mais igualitário às oportunidades no mundo do trabalho.

3 Metodologia e base de dados

Modelo Probit

Um modelo apropriado para investigar os determinantes da participação na força de trabalho e no cuidado e afazeres domésticos é um *probit*, onde a variável dependente é binária: participa da força de trabalho ($Y=1$) ou não participa da força de trabalho ($Y=0$), modo análogo para cuidado e afazeres domésticos. Esse modelo se adequa a pesquisa considerando que é possível observar apenas a decisão da pessoa de participar ou não do trabalho produtivo e reprodutivo, que depende de uma variável não observável, ou latente, que é o salário de reserva.

Seja Y uma variável não-observada, ou latente, que representa a decisão de participar ou não do trabalho produtivo e do reprodutivo, sendo determinada por:

$$Y_i = Z_i \alpha + \mu_i$$

Z representa o vetor de variáveis exógenas que determinam a decisão de participar ou não do trabalho produtivo e do reprodutivo; representa os coeficientes relacionados às variáveis explicativas e, o termo de erro aleatório com distribuição normal-padrão.

O vetor de variáveis será composto por características pessoais e domiciliares. As características pessoais serão: idade; idade ao quadrado; anos de estudos; presença de crianças no domicílio de 0 a 5 anos e de 6 a

14 anos; presença de idosos no domicílio; *dummy* para pessoa de referência da família; presença de crianças no domicílio que frequenta escola ou creche de 0 a 5 anos e de 6 a 14 anos; realiza cuidados de crianças de 0 a 5 anos e de 6 a 14 anos; realiza cuidado de idosos; e realiza afazeres domésticos. As características do domicílio serão: *dummy* para região urbana; e *dummy* para receber Bolsa Família.

Tais variáveis que compõem o vetor de características pessoais e do domicílio foram selecionadas se espelhando na literatura, mas também levando em conta variáveis relevantes para a perspectiva feminista que é o marco teórico deste estudo.

Dado que é uma variável latente, a observação, na prática, da decisão é feita conforme a equação (2):

$$Y_i = \begin{cases} 1 & \text{se } Y_i > 0 \\ 0 & \text{se } Y_i \leq 0 \end{cases} \quad (2)$$

A pessoa decidirá se inserir no trabalho remunerado, se a taxa de salário real for superior, para um determinado período, tanto ao seu salário de reserva quanto à sua produtividade marginal no trabalho não remunerado. Por outro lado, as pessoas preferirão não compor a força de trabalho se a taxa de salário real fosse inferior ao seu salário de reserva ou à sua produtividade marginal no trabalho não remunerado. Interpretação similar pode ser aplicada ao trabalho não remunerado.

Nesse modelo os parâmetros estimados refletem o efeito das variáveis independentes sobre a variável latente e não sobre a probabilidade propriamente dita. Portanto, para analisar os achados dos modelos de probabilidade, em linhas gerais, se calcula os efeitos marginais que corresponde à derivada parcial da variável latente em relação à variável em questão.

Será estimado um modelo de participação no trabalho produtivo e outro no reprodutivo para homens e outros para mulheres, de modo a poder comparar as características determinantes da participação no trabalho. O intuito da comparação é tentar inferir como os determinantes têm peso diferente de acordo com o sexo. Para compreender a heterogeneidade das

mulheres, será estimado um modelo de participação no trabalho produtivo e outro no reprodutivo para mulheres pobres (pessoas nos domicílios 20% mais pobres) e outro para mulheres ricas (pessoas nos domicílios 20% mais ricos), e para mulheres brancas e mulheres negras (pretas e pardas). A pretensão é compreender o comportamento heterogêneo fincado em preferências e opções distintas que têm as mulheres de grupos diferentes.

O peso maior que tem as variáveis que captam normas de gênero para as mulheres frente aos homens já se tem registros na literatura sobre trabalho produtivo. Esse trabalho tenta contribuir com esse campo de estudo avaliando a heterogeneidade das mulheres e lançando luz sobre os determinantes do trabalho de cuidar e afazeres domésticos.

Base de Dados

A abordagem em *cross section* do modelo para participação no mercado de trabalho e nos cuidados e afazeres domésticos será por meio da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo as áreas urbanas e rurais, para o ano de 2022. Se utilizou o ano de 2022 pelo fato de ser o mais recente com informações sobre cuidado e afazeres domésticos.

A PNAD Contínua é uma das pesquisas mais adequadas para a estimativa proposta neste artigo devido a sua abrangência nacional, regularidade na realização, alta qualidade e conjunto amplo de características sociodemográficas. Ademais, é a única base de dados com representatividade de todo Brasil que têm variáveis específicas sobre cuidado e afazeres domésticos, um dos focos e contribuição deste texto.

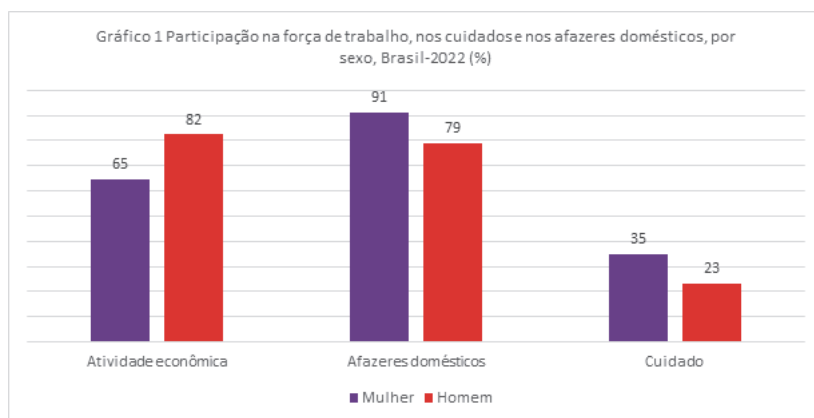
4 Resultados

Após longo percurso que o trabalho foi entendido apenas a partir do exercício de uma função remunerada, os tempos modernos admitem, ainda que com ressalvas, que trabalho vai muito além das atividades que são valoradas monetariamente. Com essa consideração, analisar desigualdades do trabalho apenas na ótica do que é atividade remunerada certamente fornece um olhar parcial sobre o fenômeno do trabalho. Como debatido na seção 2 do texto, o movimento feminista tem chamado a atenção que as atividades que as mulheres exercem de modo gratuito em seus lares é também trabalho. Mesmo que não remuneradas essas atividades reprodutivas geram valor e são essenciais para o funcionamento e perpetuação das sociedades.

A literatura empírica avançou bastante no sentido de elucidar as assimetrias no mundo do trabalho remunerado, sobretudo com a lente de gênero. Todavia, é mais recente na análise quantitativa a possibilidade de averiguar a distinção entre cuidado e afazeres domésticos, fato possível só a partir de 2016 com a PNAD Contínua, bem como a preocupação em compreender as diferenças entre as mulheres nos aspectos laborais. O intento aqui é qualificar o debate sobre as desigualdades no trabalho à luz da consideração da participação nas atividades pagas e não pagas e da interseccionalidade de gênero, raça/cor e classe. Primeiramente, será apresentado alguns dados descritivos com esses recortes. Em seguida, os resultados dos modelos econométricos que auxiliem no entendimento dos fatores que determinam essas assimetrias.

Um olhar descritivo do trabalho remunerado e não remunerado

No olhar descritivo já é notória as diferenças entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres nos indicadores de participação. O Gráfico 1 mostra que, em 2022, a participação das mulheres no mercado de trabalho foi 17 pontos percentuais (p.p.) inferior à dos homens. Ou seja, 35% das mulheres em idade produtiva permaneceram sem exercer trabalho pago no ano em tela. O cenário desponta de modo inverso quando a atenção é debruçada sobre o trabalho não pago. Nos afazeres domésticos e no exercício do cuidado, as mulheres têm uma participação de 12 p.p. superior à dos homens.



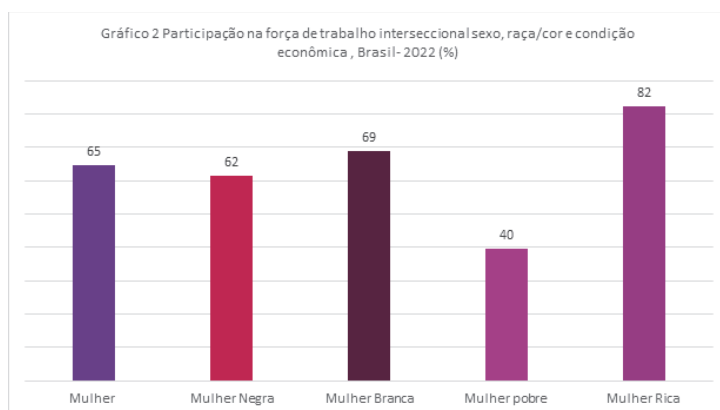
Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Embora a assimetria de gênero no mercado de trabalho seja amplamente reconhecida e não constitua novidade, é fundamental refletir sobre como diferentes marcadores de desigualdade atravessam e produzem experiências laborais distintas entre as próprias mulheres. Fica perceptível nos dados do

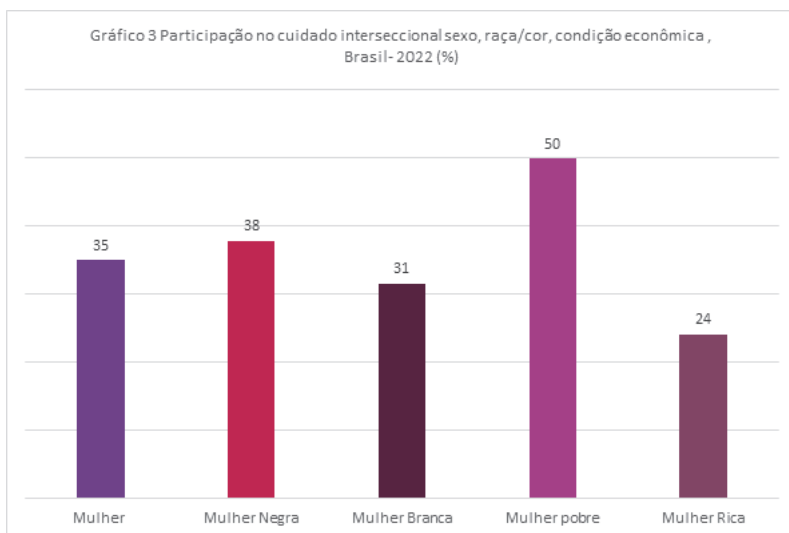
Gráfico 2 a não universalidade de ser mulher no que concerne à participação na força de trabalho. Diferença é notada pelo marcador racial, com as mulheres negras estando 7 p.p. menos presentes no exercício da atividade econômica do que as mulheres brancas. No marcador de classe também se revela a heterogeneidade das mulheres e de modo mais acentuado do que o caso racial. Uma mulher que se encontra em um domicílio considerado 20% mais pobres teve 40% de participação na força de trabalho, em 2022, frente a uma participação de 82% das mulheres dos domicílios 20% mais ricos.

Se ser negra e ser pobre imprime maior ausência no trabalho remunerado, também reflete maior presença no trabalho não remunerado. O Gráfico 3 mostra que, em 2022, as mulheres com maior presença no exercício do cuidado foram as pobres, 50% delas declararam cuidar de alguém em seu lar ou fora dele, de modo não remunerado. Para as mulheres ricas, que podem se valer da delegação do cuidado para outrem e que também tem menor taxa de fecundidade, a declaração foi de 24%. As mulheres negras, que até hoje carregam o estigma da escravidão de sua função na sociedade ser serviço gratuito, tem maior presença nas atividades de cuidado não remunerado que as brancas - uma diferença que chega a ser de 7 p.p.

Nos afazeres domésticos que englobam todas as atividades com a casa (lavar, passar, cozinhar etc.), as diferenças são bem menos expressivas seja pelo marcador racial (2 p.p. a mais para as negras) e inexistente no caso da classe. Esse achado é pouco intuitivo, já que era de se esperar que as mulheres ricas ao poder se valer da delegação estivessem mais ausentes no exercício de atividades domésticas.



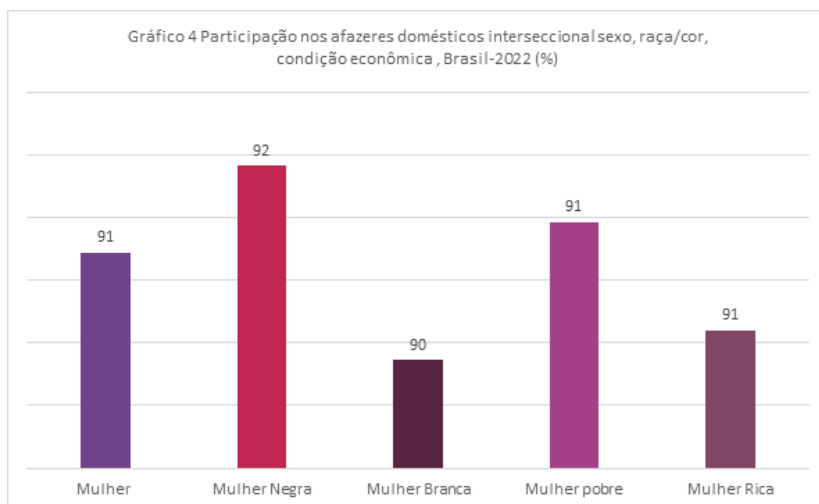
Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Para qualificar o entendimento desse resultado, que a priori parece estranho, vale considerar a jornada de cuidado e afazeres domésticos. Infelizmente, uma limitação da pesquisa é não separar o tempo de atividades domésticas do tempo de cuidar. No quesito racial, as mulheres negras declararam, em 2022, exercer 22 horas semanais no trabalho não remunerado, já as brancas 20 horas. As mulheres pobres, por sua vez, apresentaram no ano em tela uma jornada de 25 horas em contraponto às ricas, de 17 horas.

É possível inferir dos dados supracitados que, em linhas gerais, a vivência do trabalho é distinta a depender do marcador social que pesar sobre a pessoa. Na encruzilhada das desigualdades no trabalho, evidenciam os números que a categoria mulheres brancas e mulheres ricas parecem experimentar privilégios frente a categoria de mulheres negras e mulheres pobres. Esses achados não são novidades. Passos e Souza (2021) mostram a heterogeneidade das mulheres em um conjunto de indicadores, considerando o cruzamento de gênero, raça e classe. As autoras pontuam que as mulheres negras pobres representam a categoria em pior situação em todas as informações analisadas, inclusive em outros indicadores que não estiveram no escopo deste texto como desocupação, informalidade e remuneração.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

A contribuição deste artigo é a partir da constatação apresentada das assimetrias de gênero e interseccional no trabalho, e as já relatadas na literatura, inquerir os fatores que poderiam explicar essas distinções.

Determinantes da participação no trabalho remunerado e não remunerado

As mulheres estão menos presentes no mercado de trabalho e mais presentes no trabalho reprodutivo do que os homens, como mostrado ao longo do texto. Para compreender os motivos dessa diferença de atuação laboral, foram estimados modelos de probabilidade de participação na força de trabalho e nos cuidados e afazeres domésticos para o grupo dos homens e para o grupo das mulheres. A modelagem seguiu o padrão da literatura empírica sobre o tema acrescentando, todavia, variáveis consideradas pertinentes em uma perspectiva feminista.

Os resultados dos determinantes da participação no trabalho remunerado considerando gênero são apresentados na Tabela 1. Como já apontado por outros estudos, atributos produtivos - escolaridade e experiência - caminham em mesmo sentido para homens e mulheres. Ou seja, o aumento da escolaridade levaria a um aumento de 0,03 e 0,01 na probabilidade de mulheres e homens participarem da força de trabalho, respectivamente. O efeito da escolaridade é superior para as mulheres, indiciando a importância da qualificação profissional na superação do modelo homem provedor e mulher cuidadora.

A idade, proxy de experiência, eleva a probabilidade tanto de mulheres como de homens ingressarem na força de trabalho. Mas esse aumento é

apenas até certo ponto, uma vez que o termo quadrático da idade é negativo e significativo. O aumento da probabilidade é maior para as mulheres do que para os homens, mostrando a relevância da experiência na atuação laboral feminina.

O fato de ser mulher ou homem negro reduz a probabilidade de participar da força de trabalho em 0,01 e 0,02, respectivamente. Resultado que dialoga com a estatística descritiva e com os apontamentos teóricos do feminismo negro.

Ser a pessoa de referência na família aumenta a probabilidade de a mulher participar do mercado de trabalho em 0,06, já no caso dos homens reduz 0,03. O resultado dos homens é contraintuitivo, já que o esperado é que a pessoa de referência tenha parcela importante de contribuição na renda e decisões familiares. Talvez o resultado seja um indício de que a maior presença das mulheres no mercado de trabalho pode estar desequilibrando o papel tradicional de homem provedor.

A presença de criança no domicílio de 0 a 5 anos e de 6 a 14 anos reduz a probabilidade de a mulher participar no mercado de trabalho em 0,10 e 0,06, respectivamente. No caso dos homens, essas variáveis não apresentam efeito. As crianças reduzirem a atuação econômica das mulheres já é algo relatado na literatura e a interpretação era que devido à necessidade de cuidar as mulheres com crianças saíam do mercado de trabalho. Contraria essa tese o resultado da variável cuidado de criança que se apresenta como positiva, ou seja, cuidar aumentaria a participação das mulheres no mercado de trabalho. De modo similar às crianças, comparecem os resultados para presença e cuidado de idosos. Uma hipótese para compreender esse resultado seria a consideração que o canal do peso negativo do trabalho reprodutivo na atuação econômica das mulheres seria pela realização da atividade doméstica, já que essa variável apresenta sinal negativo, ou seja, indica redução na probabilidade de as mulheres atuarem em 0,06 e dos homens em 0,04.

A frequência das crianças na escola ou creche tem efeito positivo para as mulheres de 0,06 e 0,05 para crianças de 0 a 5 anos e 6 a 14 anos, respectivamente. No caso dos homens, para as crianças menores o resultado é não significativo e 0,03 positivo para crianças maiores. Os achados sinalizam, em convergência com outros estudos, a relevância de políticas de cuidado para favorecer a atuação laboral da família.

Contrariando a predição da teoria econômica que renda proveniente de transferência de renda reduziria a participação na força de trabalho, o resultado da variável Bolsa Família indica aumento de participação para mulheres e homens, com efeito maior para as mulheres.

Tabela1. Efeitos marginais da participação no mercado de trabalho, por sexo, Brasil-2022

	Mulher	Homem
Escolaridade	0,03***	0,01***
Idade	0,03***	0,01***
Idade ao quadrado	-0,00***	-0,00***
Negro	-0,01*	-0,02***
Pessoa de referência	0,06***	-0,03***
Presença de criança de 0 a 5 anos	-0,10***	0,01
Presença de criança de 6 a 14 anos	-0,06**	-0,02
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,06***	0,00
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,05***	0,03***
Presença de idoso no domicílio	-0,16***	-0,20***
PBF	0,18***	0,14***
Residência urbana	-0,10*	-0,01***
Cuidado de criança de 0 a 5 anos	0,05***	-0,01
Cuidado de criança de 6 a 14 anos	0,02***	-0,01
Cuidado de idoso	0,08***	0,03***
Realizar atividade doméstica	-0,06***	-0,04***

Nota: nível de significância: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1 Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Os resultados dos determinantes da participação no trabalho não remunerado (cuidado e afazeres domésticos) considerando gênero são apresentados na Tabela 2. Ser ativo economicamente reduz a probabilidade de as mulheres exercerem cuidado ou afazeres domésticos em 0,06, no caso dos homens essa variável não tem efeito. Ou seja, quando as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho elas têm menor disposição para o trabalho não remunerado.

No caso da escolaridade e da experiência, tanto para homens como para mulheres, os resultados parecem à primeira vista contraintuitivos, já que maior escolaridade e maior idade implicariam aumento da probabilidade de cuidar e de realizar afazeres domésticos. Importante ponderar que foi considerado conjuntamente cuidar e atividade doméstica e que a variável é binária, faz ou não faz, e até mesmo as pessoas mais escolarizadas ou mais velhas participam, em alguma medida, dessas tarefas.

A variável cor o resultado não foi significativo para as mulheres e foi negativo para os homens, indicando que o fato de ser homem negro reduz a probabilidade de cuidar ou realizar tarefa doméstica.

Ser a pessoa de referência da família aumenta a probabilidade de mulheres e homens participarem do trabalho reprodutivo, o que era esperado dado a posição que ocupam no domicílio.

Ter criança no domicílio, de qualquer idade, aumenta a participação no trabalho não remunerado tanto para mulheres como para os homens com efeito mais promitente para elas e das crianças menores. As crianças de 0 a 5 anos o efeito foi de aumento de probabilidade de 0,47 para as mulheres e 0,41 para os homens, no contraponto, as crianças de 6 a 14 anos os efeitos foram respectivamente, 0,19 e 0,15. A existência de crianças no domicílio amplia a demanda por cuidado e afazeres domésticos, o que eleva a participação de todos os adultos no trabalho não remunerado. Contudo, a literatura mostra que esse aumento não é simétrico, pois o cuidado infantil é socialmente atribuído prioritariamente às mulheres.

Se as crianças de 0 a 5 anos estiverem na creche ou escola não tem efeito na participação no trabalho reprodutivo nem para mulheres nem para homens. No caso das crianças maiores os efeitos vão na direção de aumentar a participação no trabalho reprodutivo em 0,10 para mulheres e 0,08 para homens. O cuidado de crianças pequenas é mais intensivo em tempo, emocionalmente demandante e menos passível de delegação, o que pode explicar o efeito não significativo da frequência a creche.

Ter um idoso no domicílio aumenta a probabilidade de mulheres e homens participarem do trabalho não remunerado, em 0,09 e 0,07 respectivamente. O envelhecimento está associado a demandas crescentes de cuidado cotidiano e apoio funcional, o que eleva o volume de trabalho reprodutivo no domicílio. Embora ambos os sexos ampliem sua participação, a literatura indica que as mulheres tendem a assumir o cuidado contínuo e os homens tarefas mais pontuais, o que explica a diferença de magnitude observada

O resultado do Bolsa Família é não significativo para o homem, e para as mulheres indica redução da probabilidade de exercer cuidado e afazeres domésticos. Para as mulheres, a transferência de renda pode comparecer como mecanismo de alívio da pobreza do tempo, permitindo reorganizar o cuidado, reduzir a intensidade dos afazeres domésticos com eletrodomésticos ou recorrer a estratégias de apoio familiar e comunitário.

Tabela 2. Efeitos marginais da participação no cuidado e afazeres domésticos, por sexo, Brasil-2022

	Mulher	Homem
Participa da força de trabalho	-0,06***	0,00
Escolaridade	0,00***	0,01***
Idade	0,01***	0,00***
Idade ao quadrado	0,00***	0,00***
Negro	0,00	-0,01***
Pessoa de referência	0,02***	0,01*
Presença de criança de 0 a 5 anos	0,47***	0,41***
Presença de criança de 6 a 14 anos	0,19***	0,15***
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,01	0,01
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,10***	0,08***
Presença de idoso no domicílio	0,09***	0,07***
PBF	-0,05***	-0,02
Residência urbana	0,00	0,00

Nota: nível de significância: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$ Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Os achados dos fatores explicativos da participação no trabalho remunerado considerando interseccionalidade de sexo e raça/cor são apresentados na Tabela 3. A escolaridade e experiência tem o mesmo efeito para mulheres brancas e negras no sentido de aumentar a participação na atividade econômica em 0,03. A escolaridade e a experiência ampliam o capital humano e a empregabilidade feminina, ainda que não sejam capazes de eliminar desigualdades raciais na qualidade da inserção laboral.

Ser a pessoa de referência na família aumenta a probabilidade tanto de a mulher branca como negra atuar economicamente, com efeito de 0,07 para as negras e 0,05 para as brancas. Ou seja, mesmo as mulheres negras estando menos presentes que as brancas na força de trabalho ocupar a posição na família de pessoa de referência contribui para maior atuação no trabalho remunerado. Para mulheres negras, mais frequentemente presentes em arranjos monoparentais, essa condição intensifica a necessidade de inserção no mercado de trabalho como estratégia de sobrevivência, explicando o efeito superior observado.

As crianças, sejam as pequenas ou maiores, reduzem a probabilidade de a mulher negra ou branca participar da força de trabalho, mas no caso das crianças maiores o efeito negativo é maior para a mulher branca. Esse

resultado que a priori parece contraintuitivo de menor impacto das crianças para mulheres negras pode guardar relação com o modo de viver comunitário e com redes de apoio que se faz presente no cotidiano de muitas mulheres negras.

A frequência a creche ou escola não tem impacto para mulher branca no caso da criança menor, já para as mulheres negras aumenta em 0,08 probabilidade de atuação na atividade econômica. A educação infantil aumenta a participação econômica das mulheres negras ao reduzir restrições de cuidado. Para mulheres brancas, a ausência de efeito para crianças pequenas sugere a existência de alternativas, como a contratação de babás. Quando se trata das crianças de 6 a 14 anos, tanto para mulher negra como branca o impacto é positivo, sendo superior para as mulheres brancas. Esse achado pode evidenciar que apenas ter políticas de cuidados infantis não é suficiente para fomentar uma atuação laboral similar entre as mulheres, devendo o Estado estar atento aos limites das políticas universais de cuidado diante de desigualdades raciais estruturais. De modo similar, a presença de idoso constrange a atuação no mercado de trabalho de mulher branca e negra, com efeito de 0,08, reforçando a demanda por política de atenção aos idosos.

Quando se lança o olhar interseccional para a variável de cuidado de criança e de idoso o efeito é ao contrário do que é esperado, assim como aconteceu na análise de gênero. Cuidar aumenta a probabilidade de participação na força de trabalho com efeitos próximos entre as mulheres, já realizar atividade doméstica tem efeito negativo. É possível aventar a mesma hipótese de o constrangimento do trabalho reprodutivo ser captado melhor nos afazeres domésticos do que no cuidado, sobretudo pelo fato de mais mulheres declarem esse tipo de tarefa.

A renda do Bolsa Família aumenta a probabilidade de atuação na força de trabalho tanto para mulher negra como a branca. A transferência de renda pode reduzir restrições de liquidez e custos associados ao trabalho (transporte, cuidado), favorecendo a inserção econômica tanto de mulheres negras quanto brancas, sem efeito desestimulador sobre a oferta de trabalho.

Tabela 3. Efeitos marginais da participação no mercado de trabalho, interseccional sexo e raça/cor, Brasil-2022

	Mulher Negra	Mulher Branca
Escolaridade	0,03***	0,03***
Idade	0,03***	0,03***
Idade ao quadrado	0,00***	0,00***
Pessoa de referência	0,07***	0,05***
Presença de criança de 0 a 5 anos	-0,10**	-0,10***
Presença de criança de 6 a 14 anos	-0,04***	-0,09***
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,08***	0,03
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,05**	0,07**
Presença de idoso no domicílio	-0,15***	-0,16***
PBF	0,16***	0,20***
Residência urbana	-0,12***	-0,06**
Cuidado de criança de 0 a 5 anos	0,05***	0,04**
Cuidado de criança de 6 a 14 anos	0,02*	0,03***
Cuidado de idoso	0,08***	0,08***
Realizar atividade doméstica	-0,04***	-0,07***

Nota: nível de significância: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$ Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Os resultados dos determinantes da participação no trabalho pago considerando interseccionalidade de sexo e condição econômica² podem ser vistos na Tabela 4. A escolaridade apresenta o mesmo impacto positivo na participação na atividade econômica para mulheres pobres e ricas no valor de 0,01. Ou seja, as mais escolarizadas têm mais chances de fazerem parte da força de trabalho. A escolaridade amplia o capital humano e a empregabilidade feminina, operando como fator estruturante da inserção no mercado de trabalho independentemente da condição econômica.

A idade aumenta a probabilidade de atuação econômica, sendo levemente superior para as mulheres pobres. A experiência laboral acumulada é central para a inserção das mulheres pauperizadas, que tendem a acessar ocupações menos qualificadas e mais dependentes de trajetórias contínuas e redes informais de trabalho.

2 Foram consideradas pobres as mulheres que se encontram nos domicílios 20% mais pobres, e ricas as mulheres que se encontravam nos domicílios 20% mais ricos.

Ser a pessoa de referência na família apresenta efeito de aumentar a probabilidade tanto de uma mulher pobre como rica atuar economicamente, com efeito superior para a mulher pobre. A chefia feminina em contextos de pobreza está fortemente associada à monoparentalidade e à necessidade de geração de renda, tornando a participação econômica menos uma escolha e mais uma estratégia de sobrevivência.

As crianças menores apresentam o efeito de reduzir a probabilidade de a mulher pobre ou rica participar da força de trabalho, com efeito superior para as ricas. Como as mulheres ricas podem se valer da contratação no mercado privado dos serviços de cuidado era esperado o menor peso das crianças em sua atuação laboral, ao contrário do resultado. Entre mulheres de maior renda, a presença de crianças pequenas pode reforçar normas de maternidade intensiva e escolhas familiares que priorizam o cuidado direto, mesmo havendo possibilidade de terceirização. No caso das crianças de 6 a 14 anos o efeito é positivo para as mulheres pobres e negativo para as ricas. Ter uma criança grande em casa contribui positivamente para as mulheres empobrecidas trabalharem de modo remunerado, o que deve guardar relação com a contribuição das crianças maiores no cuidado das crianças menores e no exercício das tarefas domésticas. Entre mulheres ricas, a presença de filhos em idade escolar pode reforçar expectativas de acompanhamento intensivo da vida escolar.

O efeito da frequência a creche ou escola no caso da criança menor foi não significativo para mulher rica, provavelmente porque na ausência da educação infantil elas poderiam ter outras formas de guardar seus filhos para poder trabalhar. No contraponto, para as mulheres pobres poder contar com as instituições de educação infantil aumenta em 0,08 probabilidade de atuação na atividade econômica. A oferta pública de educação infantil é decisiva para viabilizar a inserção laboral das mulheres pobres, enquanto mulheres ricas podem recorrer a soluções privadas de cuidado, tornando o efeito estatisticamente irrelevante. Quando se trata das crianças de 6 a 14 anos resultado estranho desponta: para mulher rica a frequência em escola do filho tem efeito positivo e não significativo para mulher pobre. Para mulheres ricas, a escola pode reduzir demandas de cuidado no período diurno. Para mulheres pobres, a necessidade econômica se impõe, levando à participação laboral independentemente da situação escolar dos filhos.

Tabela 4. Efeitos marginais da participação no mercado de trabalho, interseccional sexo e condição econômica, Brasil-2022

	Mulher Pobre	Mulher Rica
Escolaridade	0,01***	0,01***
Idade	0,03***	0,02***
Idade ao quadrado	0,00***	0,00***
Pessoa de referência	0,13***	0,06***
Presença de criança de 0 a 5 anos	-0,07***	-0,10***
Presença de criança de 6 a 14 anos	0,03**	-0,22**
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,06***	0,06
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,00	0,16***
Presença de idoso no domicílio	-0,16***	-0,17***
PBF	0,05***	0,08*
Residência urbana	-0,10***	0,05***
Cuidado de criança de 0 a 5 anos	0,02	0,05
Cuidado de criança de 6 a 14 anos	0,02*	0,02
Cuidado de idoso	0,01	0,04
Realizar atividade doméstica	-0,07**	-0,02

Nota: nível de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$ Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

A presença de idoso impacta negativamente na atuação no mercado de trabalho para mulher pobre ou rica, com efeito superior para as ricas. O cuidado de idosos tende a ser intensivo em tempo e emocionalmente demandante. Entre mulheres ricas, pode haver maior disposição para se afastar temporariamente do mercado, enquanto mulheres pobres enfrentam restrições materiais para fazê-lo.

A variável de cuidado de criança pequena e de idoso não foi significativa. O efeito foi encontrado apenas para as crianças de 6 a 14 anos para mulheres pobres, com direção de aumento de probabilidade. A variável afazer doméstico teve efeito negativo apenas para mulher pobre, o que faz sentido considerando que o tempo despendido com as tarefas de casa reduz a disponibilidade para trabalho remunerado e que as pobres não podem, em geral, terceirizar essa função. A não significância de cuidado criança pequena e de idoso sugere que o cuidado é mediado por arranjos familiares e institucionais, sendo captado indiretamente por variáveis como idade das crianças, frequência escolar e afazeres domésticos.

Receber Bolsa Família aumenta a probabilidade de atuação na força de trabalho tanto para mulher pobre e rica. No caso das ricas é estranho essa variável ser significativa. Para mulheres pobres, o programa ajuda a suavizar restrições financeiras e pode possibilitar custear transporte e ter acesso ao cuidado infantil.

Os fatores que impactam a participação no trabalho reprodutivo (cuidado e afazeres domésticos) considerando interseccionalidade de sexo e raça/cor estão ilustrados na Tabela 5.

Ser ativo economicamente reduz a probabilidade em 0,06 da mulher, independente da raça/cor, participar do trabalho reprodutivo. O sinal é o esperado, mas havia expectativa de ser mais favorável para as mulheres brancas que tem maior participação na força de trabalho.

Maior escolaridade e idade impactam positivamente em exercer cuidado e afazeres domésticos, com valores pouco expressivos e sem diferença racial. A literatura indica que maior escolaridade e idade ampliam a capacidade de organização doméstica e o reconhecimento social do papel de cuidadora, mas não rompem a divisão sexual do trabalho, que permanece naturalizada entre mulheres de diferentes grupos raciais.

Ser a pessoa de referência na família aumenta a probabilidade de uma mulher negra exercer trabalho não remunerado, no contraponto não tem efeito para mulher branca. Entre mulheres negras, a chefia familiar frequentemente se associa à monoparentalidade, intensificando a responsabilização individual pelo cuidado. Para mulheres brancas, a chefia tende a coexistir com maior acesso a recursos e terceirização do cuidado.

A presença de crianças, sejam as maiores ou menores, elevam a probabilidade de cuidar e realizar tarefas domésticas para as mulheres, independente da raça/cor. No caso das crianças menores o efeito é maior para mulher branca (0,16) e das crianças maiores para mulher negra (0,21). O cuidado de idoso também tem impacto de aumentar a probabilidade de exercer trabalho reprodutivo, 0,09 para ambas as mulheres. Não se encontra maiores efeitos para a mulher negra, ao contrário do que era esperado dado a herança do passado escravocrata do Brasil. O resultado sugere que o cuidado de idosos é fortemente familista e feminizado, independentemente da raça, o que aponta para a insuficiência de políticas públicas de cuidado e para a universalização da responsabilização feminina nesse ciclo de vida.

A frequência a escola tem efeito positivo, sobretudo para mulheres brancas no caso das crianças de 6 a 14 anos. Mais uma vez cabe considerar que a forma que se estrutura as políticas infantis hoje pode não ser suficiente para a condição específica das mulheres negras. A escola, ao invés de substituir

o cuidado, reorganiza o trabalho doméstico feminino. O efeito menor para mulheres negras sugere que políticas educacionais e de cuidado infantil não consideram desigualdades raciais estruturais, como precariedade laboral e menor acesso a serviços complementares.

Receber Bolsa Família reduz a probabilidade da mulher negra em 0,06 e da branca em 0,04. Mostrando um efeito importante para as mulheres negras em aliviar sobrecarga de trabalho reprodutivo. A transferência de renda pode ter atuado como mecanismo de alívio da pobreza do tempo, permitindo redução da sobrecarga doméstica. O efeito mais intenso entre mulheres negras reflete sua maior exposição à vulnerabilidade socioeconômica e à responsabilização pelo cuidado.

Tabela 5. Efeitos marginais da participação no cuidado e afazeres domésticos, interseccional sexo e raça/cor, Brasil-2022

	Mulher Negra	Mulher Branca
Participa da força de trabalho	-0,06***	-0,06***
Escolaridade	0,00***	0,00***
Idade	0,01***	0,01***
Idade ao quadrado	0,00***	0,00***
Pessoa de referência	0,02***	0,01
Presença de criança de 0 a 5 anos	0,45***	0,49***
Presença de criança de 6 a 14 anos	0,21***	0,16***
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,02	0,00***
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,07***	0,14***
Presença de idoso no domicílio	0,09***	0,09***
PBF	-0,06***	-0,04**
Residência urbana	0,00	0,00

Nota: nível de significância: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$ Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Os determinantes da participação no trabalho não remunerado (cuidado e afazeres domésticos) considerando interseccionalidade de sexo e condição econômica são apresentados na Tabela 6.

Atuar economicamente impacta negativamente no trabalho não pago tanto para uma mulher pobre como para a mulher rica, mas o efeito é maior para primeira de 0,03 frente a 0,05 da segunda. O resultado é coerente considerando que a mulher rica pode terceirizar o trabalho reprodutivo para outros.

A escolaridade e a idade, em linhas gerais, contribuem positivamente para o exercício do cuidado e afazeres domésticos, com valores similares para mulher pobre e rica. A escolaridade e a idade ampliam capacidades organizacionais, experiência e legitimidade, mas não alteram a atribuição estrutural do trabalho doméstico às mulheres, que se mantém independentemente da condição econômica.

Ser pessoa de referência tem efeito apenas para mulher pobre e no sentido de aumentar participação no trabalho reprodutivo. Entre mulheres em situação de pobreza, a condição de pessoa de referência está frequentemente associada à monoparentalidade e à ausência de redes de apoio, intensificando a responsabilização individual pelo cuidado e pelos afazeres domésticos.

Ter criança e idoso no domicílio eleva a probabilidade de exercer cuidado e afazeres domésticos, com efeito mais acentuado para as mulheres ricas. Esse resultado se apresenta de modo contrário ao que era esperado. Embora contraintuitivo, o resultado pode refletir o fato de o indicador agregar cuidado e afazeres domésticos. Entre mulheres ricas, a presença de dependentes pode gerar maior envolvimento direto no cuidado — por normas de maternidade e cuidado intensivo — mesmo com possibilidade de terceirização parcial dos afazeres, elevando a probabilidade observada.

A frequência na escola só tem efeito significativo para mulher pobre no caso das crianças de 6 a 14 anos. Para famílias empobrecidas, a escola pode reduzir a disponibilidade das crianças maiores para auxiliar no cuidado e nas tarefas domésticas, aumentando a carga reprodutiva das mães quando esse apoio intrafamiliar deixa de existir.

○ Bolsa Família reduz a probabilidade de trabalho reprodutivo apenas para as mulheres pobres como era esperado. A ausência de efeito entre mulheres ricas reforça o caráter focalizado do programa.

Os achados da pesquisa convergem com a literatura sobre o peso diferenciado dos determinantes do trabalho a partir do gênero. No caso da dimensão interseccional, a hipótese de experiência diferenciada entre as mulheres é confirmada, mas nem sempre os pesos seguem o que era esperado de pior situação para as mulheres pobres e negras.

Tabela 6. Efeitos marginais da participação no cuidado e afazeres domésticos, interseccional sexo e condição econômica, Brasil-2022

	Mulher Pobre	Mulher Rica
Participa da força de trabalho	-0,03**	-0,05***
Escolaridade	0,00*	0,00***
Idade	0,00	0,02***
Idade ao quadrado	0,00*	0,00***
Pessoa de referência	0,05***	0,01
Presença de criança de 0 a 5 anos	0,37***	0,59***
Presença de criança de 6 a 14 anos	0,13***	0,32***
Criança de 0 a 5 anos na escola	0,02	-0,03
Criança de 6 a 14 anos na escola	0,08**	0,05
Presença de idoso no domicílio	0,08**	0,09***
PBF	-0,05***	0,00
Residência urbana	0,03**	-0,02

Nota: nível de significância: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$ Em itálico não significativos.

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos microdados da PNAD Contínua de 2022.

Considerações finais

O Estatuto da Juventude no Brasil indica que com 25 anos uma pessoa é considerada jovem, fase de transição entre a infância e o período adulto. Por essa métrica, a Revista Gênero ainda estaria nos anos dourados da juventude, embora seja nítida a maturidade que a revista já galgou no campo dos estudos de gênero, sobretudo na temática do trabalho foco deste artigo. A Gênero é hoje uma jovem revista, mas que já mostra sua potência naquilo que se propôs, fortalecer os estudos de gênero no Brasil.

A título de conclusão é importante frisar que a temática do trabalho teve uma forte presença nas publicações da revista no período em tela e que, de modo geral, a perspectiva feminista e abordagem quantitativa foram proeminentes.

Além de relatar a memória e caminho percorrido pelas produções da revista no campo do trabalho, esse texto teve o objetivo de investigar empiricamente os determinantes do trabalho produtivo e reprodutivo sob escrutínio de gênero e da interseccionalidade gênero, raça/cor e classe.

Os modelos desenvolvidos, com base na PNAD Contínua de 2022, corroboram os achados da literatura sobre fatores comuns influenciarem

a atuação econômica de homens e mulheres, bem como se detecta determinantes com efeitos diferenciados, atentando também para a presença de resultados contraintuitivos aos apontamentos teóricos e empíricos. Como já vastamente relatado, fatores produtivos, como escolaridade e idade, apresentam o mesmo comportamento para mulheres e homens, com a interpretação de que aumento de escolaridade e experiência favorecem a participação na força de trabalho. Os resultados passam a ser conforme as normas sociais de gênero quando se considera o peso das crianças, dos idosos e dos afazeres domésticos. O efeito, em linhas gerais, é sempre negativo e maior para as mulheres, e para os homens não tem significância. Como resultado curioso tem-se a variável cuidar de criança e de idoso. O esperado era que o cuidado constrangesse a atuação econômica feminina, mas os resultados indicaram efeitos positivos. Uma hipótese levantada que carece de comprovação é que o constrangimento foi captado na variável afazeres domésticos também utilizada como explicativa no modelo e que tem sinal negativo. A frequência da criança na creche ou escola segue os achados da literatura de efeito positivo para mulheres, no caso dos homens ora não tem efeito, crianças menores, ora é positivo, para crianças maiores.

No caso do modelo de participação nos cuidados e afazeres domésticos, ser economicamente ativo reduz a probabilidade de participação das mulheres e no caso dos homens essa variável não teve significância. Escolaridade e experiência, tanto para homens como para mulheres, apresentaram sinais positivos, o que comparece como resultado estranho o fato de ser mais escolarizado e mais experiente ter maior participação no trabalho reprodutivo. Ter crianças, sejam maiores ou menores, no domicílio aumenta participação no trabalho não remunerado tanto para mulheres como para os homens, porém o efeito é mais acentuado para elas. De modo análogo para a presença de idosos. A frequência das crianças menores a creche ou escola não contribui para a menor participação no trabalho reprodutivo nem para mulheres nem para homens. Já no caso das crianças maiores quando frequentam escola aumenta a participação do pai e mãe no trabalho reprodutivo, o que pode guardar relação com a menor participação dessas crianças na realização do próprio trabalho reprodutivo.

Quando atenção se centrou no debate da interseccionalidade, as evidências foram contundentes de que as normas de gênero, em linhas gerais, alcançam todas as mulheres. Mas, os resultados admitem a interpretação de que o peso dessas normas é distinto conforme opera outros marcadores da desigualdade como raça e classe. Não se pode deixar de mencionar que alguns resultados não seguem o que era de se esperar do maior peso de alguns determinantes para mulheres negras e pobres. Para os fatores que influenciam

a participação na força de trabalho, se tem que, independentemente da cor/raça e condição econômica, a escolaridade e a experiência têm efeito positivo e de modo similar para as mulheres. Ter crianças no domicílio contribuem negativamente na probabilidade de a mulher participar da força de trabalho, chamando atenção o leve peso maior para brancas e ricas. A frequência a escola ou creche de crianças pequenas não tem impacto para mulher branca e rica, por seu turno, tem efeito positivo para as mulheres negras e pobres. As crianças maiores, tanto para mulher negra como a branca, o impacto é positivo, mas não significativo para mulher pobre. Cuidado de criança e de idoso na ótica interseccional admite a mesma interpretação que foi feita no caso de gênero, o efeito é ao contrário do que é esperado. Cuidar contribui positivamente para a participação na força de trabalho, com efeitos próximos entre as mulheres, já realizar atividade doméstica caminha em sentido contrário.

No caso do modelo de participação nos cuidados e afazeres domésticos, participar da força de trabalho contribui negativamente para a participação das mulheres no trabalho não remunerado, independente da raça/cor. No caso de classe, o efeito negativo é maior para as mulheres pobres. Maior escolaridade e idade tem efeito positivo em exercer cuidado e afazeres domésticos, sem grande diferença racial e de classe. O fato de ter crianças, independentemente da idade, aumenta a probabilidade de cuidar e realizar tarefas domésticas para todas as mulheres. A presença do idosos eleva a probabilidade de exercer cuidado e afazeres domésticos, com destaque para as mulheres ricas. A variável frequência a creche ou escola das crianças tem efeito positivo, sobretudo para mulheres brancas. No caso de classe, só tem efeito significativo para mulher pobre.

Os resultados ratificam os apontamentos da literatura e sinalizam a relevância de considerar a encruzilhada das desigualdades que as mulheres são colocadas a partir da posição que ocupam na matriz de dominação.

Referências

- ABRAMO, L. Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult**, São Paulo, v.58, nº 4, p.40-41, Oct./Dec.2006.
- AGUIAR, N. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 142-181, 2001.

ATAÍDE, C. S. A. O direito social ao trabalho das pessoas trans à luz da teoria da justiça como equidade de John Rawls. **Gênero**, Niterói, v.21, n.2, p.321-345, 2. sem. 2021.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. **Gênero**, Niterói, v.13, n.2, p. 31-48, 1. sem. 2013.

BARBOSA, A. L. N. H. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. **Revista Brasileira de Estudos de População** - REBEP, v. 35, p.1-28, 2018.

BECKER, K. L.; NETO, D. R.; KRAUZER, F. C. Uma evidência da discriminação salarial no estado do Rio Grande do Sul. **Gênero**, Niterói, v.19, n.1, p. 207-223, 2. sem. 2018.

BENTO, C. Branqueamento e branquitude no Brasil In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. *DADOS* – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, pp. 719-681, jul./set, 2016.

CAPPELLIN, P. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? **Gênero**, v. 9, n. 1, p. 89-126, 2008.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista LOLA Press**, nº 16, nov.2001.

CASTILHO, M.; MELO, H. P. DI SABBATO, A. Trabalho produtivo e reprodutivo na vida das operárias manauaras. **Gênero**, Niterói, v.16, n.1, p.133-153, 1. sem. 2015.

CHOINACKI, L. Aposentadoria das donas-de-casa: é a hora de o Brasil retribuir. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 233-234, 2. sem. 2006.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.1989.

DALY, M.; LEWIS, J.. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 2, p. 281-298, June 2000.

DWECK, R. H.; DI SABBATO, A. A beleza e o mercado de trabalho: uma perspectiva de gênero. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 95-128, 1. - 2. sem. 2006.

FREITAS, M. A.; MEDEIROS, R. P.; SÁ, G. S. Cultura acadêmica e micropolíticas de discriminações vivenciadas por mulheres em carreiras científicas academic culture and micropolitics of discriminations experienced by women in scientific careers. **Gênero**, Niterói, v.25, n.1, p.215-237, 2. sem. 2024.

GONÇALVES, C. A.; TEIXEIRA, K. M.D.; Os idosos reinseridos no mercado de trabalho: análise dos rendimentos segundo gênero. **Gênero**, Niterói, v.14, n.1, p. 71-87, 2. sem. 2013.

GUEDES, M. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente? **Gênero**, Niterói, v. 15, n.2, p. 139 – 154, 2015.

GUEDES, M. de C.; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. **Gênero**, Niterói, v. 12, p. 61-79, 2011.

HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015. (Análise, n. 7).

HOOKS, B. **Feminist theory from margin to center**. Boston: South End Press.1984.

ITABORAÍ, N. R. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **Gênero**, Niterói, v.16, n.2, p.173-199, 1. sem. 2016.

JESUS, J.; WAJNMAN, S. ; Cassio M Turra . Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de, MORAES, Lorena Lima de. (Org.). **A arte de tecer o tempo** - perspectivas feministas. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. , p. 139-167.

KRETER, A. C. A previdência rural e a condição da mulher. **Gênero**, v. 5, n. 2, p. 01-11, 2005.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. Mercado de trabalho metropolitano: gênero e diferenças de rendimento,1992-2002. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 37-58, 1. - 2. sem. 2006.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea. 2013.

LIMA, B. S.; BRAGA, M. L.; TAVARES, I. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 11 - 31, 2. sem. 2015.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3 n. 13, p. 483-505, set./dez. 2005.

MARQUES, O. As mulheres e os serviços formais – o que mudou na década de 1990?. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 59-77, 1. - 2. sem. 2006.

MELO, H. P. A correspondência econômica de uma mulher na crise de 1930. **Gênero**, v. 3, n. 2, p. 105-114, 2003.

MELO, H. P.; LASTRES, H. M. M.; MARQUES, T. C. Gênero no sistema de ciência e tecnologia e inovação no Brasil. **Gênero**, Niterói, v.4, n.2, p.73-94, 1. sem. 2004.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e Poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: **Autonomia e empoderamento da mulher**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p.53-76. 2011a.

----- A estrutura econômica num prisma de gênero. **Gênero**, Niterói, v.12, n.1, p. 23-59, 2. sem. 2011b.

MELO, H. P.; SOARES, L.T.; SOARES, C. Aposentadoria da dona-de-casa – nota técnica. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 241-252, 1. - 2. sem. 2006.

MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L. M. Desigualdade de renda por gênero: uma análise nos meios rurais e urbanos do Brasil e da região nordeste (2001-2009). **Gênero**, Niterói, v.13, n.2, p. 49-78, 1. sem. 2013.

MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L.M.; Diferenciais de rendimentos por gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Gênero**, Niterói, v.20, n.1, p.73-95, 2. sem. 2019.

OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. Gênero e trabalho precário no Brasil. **Gênero**, v. 5, n. 1, p. 2009-2023, 2004.

OLIVEIRA, S. M.; SIMÕES, C.; CARDOSO, R. L. Diferenciais referentes à desigualdade de gênero. **Gênero**, Niterói, v.13, n.2, p. 79-105, 1. sem. 2013.

OLIVEIRA, J.P.; MONTEIRO, V. B.; IRFFI, G. Existe diferença salarial em função da orientação sexual? análise para o mercado de trabalho cearense. **Gênero**, Niterói, v.20, n.1, p. 119-134, 2. sem. 2019.

PANTOJA, A. L. N. Cenas no mundo do trabalho: fragmentos de experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2004.

PASSOS, L. Conciliação entre trabalho e família e individualização das mulheres brasileiras. **Gênero**, Niterói, v.16, p.107- 132, 2015.

PASSOS, L.; SOUZA, L. P. . Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katalysis**, v. 24, p. 199, 2021.

PASSOS, L.; MACHADO, D. C.; LIMA, J. F. Reflexos da crise econômica e sanitária no mercado de trabalho brasileiro: resiliência ou aprofundamento do hiato de gênero e interseccional? **Gênero**, Niterói, v.24, n.2 p. 257-284, 1. sem. 2024.

PFAU-EFFINGER, B. Development paths of care arrangements in the framework of family values and welfare values. In.: PFAU-EFFINGER, Birgit; BRITAIN, Geissler. **Care and Social integration in European Societies**. Great: The Policy Press, 2005.

PINHEIRO, L. S. **Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão 2210).

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SOIHET, R. Mulheres em busca de novos espaços: suas implicações nas relações de gênero. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. p. 53-62, 2000.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Gênero**, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.

----- . Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas. **Gênero**, v. 12, n. 2, p. 167-185, 2012.

STADUTO, J. A. R.; SOUZA, E. LP. C.; KRETER, A. C. M. Interseccionalidade e transversalidade na previdência rural para mulheres: uma perspectiva de gênero. **Gênero**, Niterói, v.19, n.1, p.168-183, 2. sem. 2018.

TEIXEIRA, M. O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2008.

TEIXEIRA, K. C. S. Discursos e práticas sobre a valorização da diversidade no âmbito empresarial: um estudo de caso. **Gênero**, Niterói, v.12, n.1, p.81-108, 2. sem. 2011.

TEIXEIRA, K. C. S.; GÓIS, J. B. Diversidade e equidade de gênero em empresas. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 155 - 162, 1. sem. 2015.

THEBAUD, F. As mulheres no bit (*bureau* internacional do trabalho): o exemplo de Marguerite Thibert. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 25-36, 1. - 2. sem. 2006.

URRUTIA, V. Gênero, identidade e espaço público. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. 2 , p. 14-35, 2001.

VIANA, E. A. M. **Heterogeneidades do emprego feminino no Brasil**: Bipolarização e polarização dos rendimentos do trabalho entre 1995 e 2015. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, RJ, 2020.

VIECELI, C. P.; FURNO, J. C.; HORN, C. H. recessão econômica e emprego doméstico no Brasil. **Gênero**, Niterói, v.18, n.1, p.26 -55, 2. sem. 2017.

Recebido em janeiro de 2026.

Aprovado em maio de 2026.